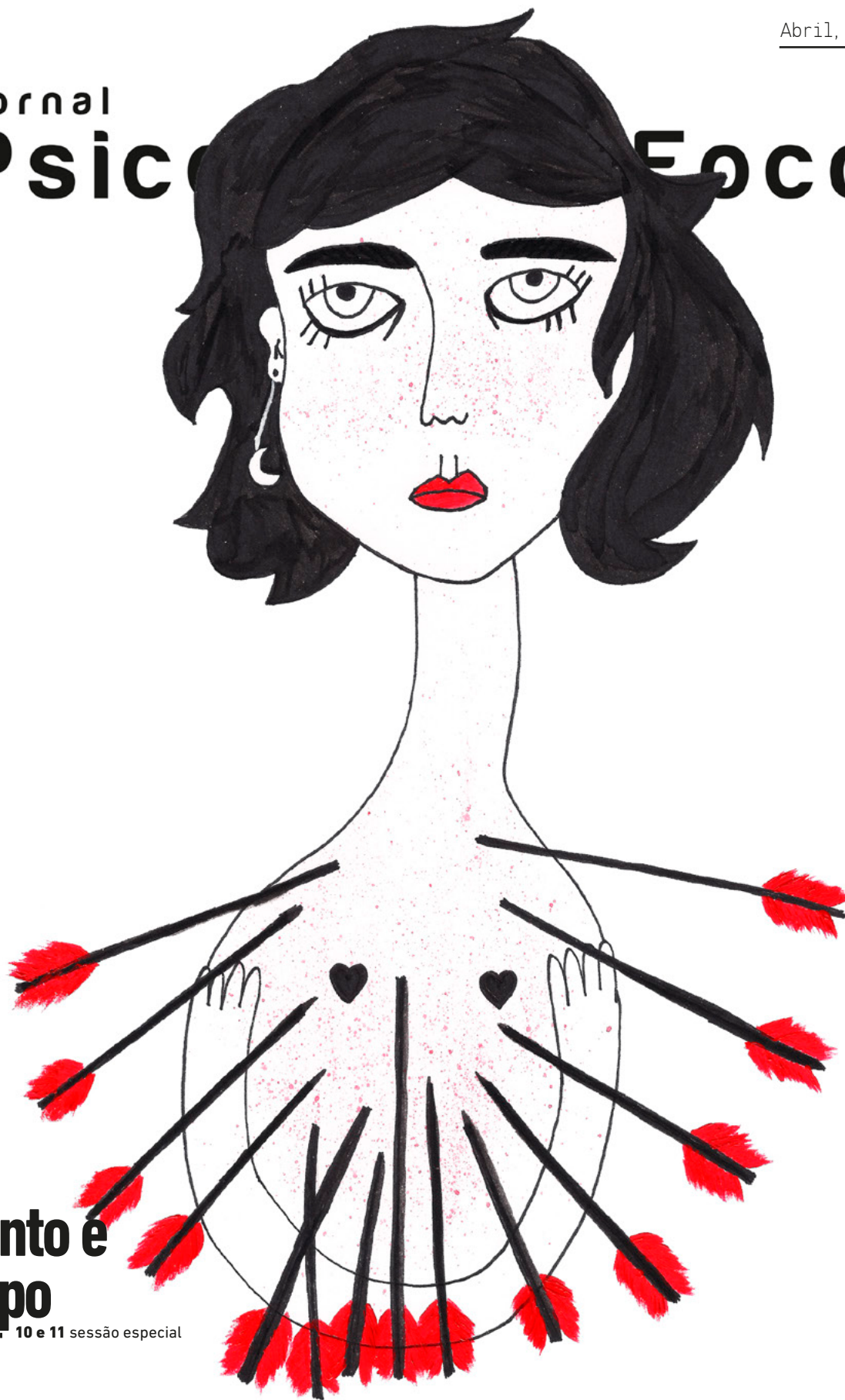


edição
especial
de 7 anos

Abril, Maio e Junho de 2017

34

Jornal Psicofoco®



O pagamento é com o corpo

10 e 11 sessão especial

JPF fala com a psicanalista, jornalista
e escritora Maria Rita Kehl

4 e 5 jpf entrevista

Mulheres maringaenses
ocupam as ruas no 8 de março

3 aconteceu

Reforma da Previdência reforça ainda
mais disparidade de gênero

19 social



Edição Nº34
Abril, Maio e
Junho de 2017

COORDENAÇÃO

Vinícius Romagnolli R.
Gomes (CRP 08/16521)

EDIÇÃO

Toni Trentinalha

REDAÇÃO

Ana Gabriela Monteschio,
Eduardo Chierrito
(CRP 08/22624), Emily
Albuquerque (CRP 08/24208),
Laura Christofolletti,
Gabriela Romagnolli,
Marcos Paulo Shiozaki
(CRP 08/23463), Toni
Trentinalha, Thais Koga

REVISÃO

Ariana Krause (CRP
08/17743), Cicero Félix
(CRP 08/24633), Ieda
Marinho (CRP 08/23988),
Luana Ramos Rocha

PROJETO GRÁFICO

Vermelho Panda Design

CAPA

Aline Jorge

DIVULGAÇÃO

Amanda Franco, Bruna Maia,
Cayla Aparecida de Sousa (CRP
08/23934), Eduardo Chierrito
(CRP 08/22624), Fernanda
Maysa Borniotto, Guilherme
Augusto de Matos, Lauren
Stephani, Thaynara Felipe
(CRP 08/23925)

IMPRESSÃO

Gráfica O Diário

TIRAGEM

2000 exemplares

ENTRE EM NOSSO FACEBOOK PARA ACESSAR CONTEÚDOS EXCLUSIVOS

[facebook.com/
psicologiaemfocoinstituato](https://www.facebook.com/psicologiaemfocoinstituato)

PUBLIQUE SEU ARTIGO

enviando um e-mail para
redacaojpf@gmail.com

ou entre em nosso site
para maiores informações
institutopsicologiaemfoco.com.br

CARTA AO LEITOR



Ieda Marinho

Psicóloga Clínica (CRP
08/23988) e membro do
IPF.



Ariana Krause

Psicóloga Clínica Especialista em Psicanálise (CRP
08/17743) e colaboradora
do JPF.



Luana Ramos Rocha

Acadêmica do quinto ano
de Psicologia (UEM) e
membro do IPF.

Olá, querida(o) leitora(or), seja muito bem-vinda(o).

Presidenta, pedreira, treinadora de futebol, engenheira mecânica, diarista, médica, advogada, frentista, psicóloga, escritora, babá, pintora, professora, física, engenheira civil, vendedora, jornalista, cantora, cientista... Sim, nós mulheres estamos por todos os lados.

E nunca pudemos falar tanto sobre nós mesmas como nos dias de hoje. Na atualidade, temos um olhar atento sobre a nossa representatividade social, conhecemos a nossa história e valorizamos o nosso árduo esforço em conquistar um espaço numa sociedade em que os homens ainda dominam (quase) todas as áreas e seus privilégios.

Estamos diante de mulheres que souberam dar ouvidos aos seus desejos e encontrar palavras para externalizar aquilo que por mui-

to tempo as aprisionavam em seus pensamentos. Estamos diante de mulheres empoderadas e avassaladoras.

Percorremos muitos lugares e encontramos muitos percalços pelo caminho para chegar onde estamos hoje, e pode soar um tanto utópico pensar que possa existir uma igualdade real entre homens e mulheres. Mas a luta continua! Temos ainda uma longa trajetória pela frente. Buscamos a igualdade de direitos e o respeito que é tanto merecido por nós, mulheres.

E, dando voz às mulheres, querida(o) leitora(o), esta edição está recheada de textos sobre elas, e escritos exclusivamente por elas. Viaje conosco nesse mundo muito mais que cor-de-rosa, o nosso mundo de todas as cores. Ótima leitura! ■

Conheça a equipe do JPF!



Promovemos experiências transformadoras para que a comunidade (acadêmica e leiga) possa ter acesso à psicologia de uma maneira inovadora.

Leia as edições de nosso jornal também online:

institutopsicologiaemfoco.com.br

Aproveite e assine o JPF e receba as quatro edições anuais na comodidade de sua casa!

Entre em contato com ipfoficinadosaber@gmail.com

ACONTECEU

Mulheres maringaenses ocupam as ruas no 8 de março

No dia 8 de março, dia internacional de luta das mulheres, homenagens foram substituídas por ações políticas. A necessidade de reivindicar essa data como um dia de luta se contrapõe às tentativas de despolitizar e neutralizar seu significado.

Na virada do século XX, mulheres organizaram importantes movimentos políticos para lutar contra as condições absurdas de trabalho. Algumas conferências de operárias em 1909, 1911 e 1917 marcaram o caráter combativo do movimento feminista do período, que lutava principalmente contra as jornadas de trabalho abusivas, maus tratos, violência sexual e ameaças de assassinato, assim como exploração do trabalho de seus filhos. Ou seja, a motivação de uma data internacional foi a de reivindicação de direitos para as mulheres.

Porém, dia das mulheres nenhum dia é, nem mesmo o 8 de março, e quanto mais distante a mulher está de ser a “moça” da propaganda – jovem, branca, rica, moradora da área central da cidade –, mais distante ela fica dos chocolates e rosas, usados para ornamentar a data. Para qualquer pessoa, receber agrados, como doces e flores, é um deleite. Mas do que realmente precisam as mulheres? Trabalhadoras, mães, negras, trans, lésbicas, mulheres com deficiência, lutam diariamente por suas vidas, para não haver retrocesso de

direitos duramente conquistados. Enquanto isso, tentam nos distrair do potencial de mudança política que a união de mulheres pode conquistar.

Se o 8 de março, na atualidade, está falando de outros assuntos, é nossa responsabilidade, e da mídia, elucidar que os movimentos de mulheres são diversos e buscam promover mudanças sociais que eliminem as opressões que as mulheres vivem, sejam elas raciais, econômicas, de identidade ou de sexualidade – sempre pelo viés da isonomia de gênero e do respeito às mulheres, enquanto parte constituinte da sociedade, como seres portadores de voz e agência.

Em Maringá existem muitos movimentos de mulheres que atuam no combate às violências de gênero e que estão organizados na forma de grupos de estudos, projetos de extensão e pesquisa, ONGs e coletivos. Eles existem para estudar a realidade, acolher mulheres em situação de violência, combater ativamente o machismo e propor mudanças. Vários desses coletivos e entidades se organizaram, neste último 8 de março, para ocupar espaços públicos de Maringá, dando visibilidade para o enfrentamento das violências contra as mulheres. Em frente à sede do INSS, em Maringá, aproximadamente 5 mil pessoas participaram do ato contra a reforma da previdência. Mulheres organizadas ocuparam a rua mostrando sua indignação a essa

reforma, que prejudicará principalmente as trabalhadoras e pobres. Na praça Napoleão Moreira Silva (próxima à loja Pernambucanas), coletivos, entidades e mulheres autônomas se organizaram e ocuparam o centro da cidade contra todos os tipos de violência que incidem sobre as mulheres, sobretudo as mais vulneráveis.

Esses grupos, muitas vezes autogestionados e com poucos recursos, resistem mesmo sem a grande cobertura midiática dos trabalhos desenvolvidos, seja sobre eventos, cursos e projetos que atendem diretamente à comunidade e muitas vezes não são lembrados e divulgados. O alcance das ações e a sobrevivência desses grupos depende do apoio do Estado, da relação com a comunidade e da visibilidade. O dia 8 de março é uma data importante para promover integração entre esses projetos e pontuar sua importância por meio da mídia.

Esse esforço combativo, porém, não pode ficar restrito aos grupos militantes e ativistas. A luta por igualdade material de direitos só faz sentido se a população toda tomar parte disso. É importante que o trabalho desses grupos seja visto e que pessoas de toda parte saibam que há esforços para construir uma sociedade mais justa, inclusiva e que acolha as diferenças. Dentro dessa tentativa, a mídia também tem seu papel fundamental, com poder de trazer discussões produtivas e informações, em decor-

rência das suas responsabilidades sociais e éticas para com a comunidade. A questão primordial é o debate na mudança das relações sociais, da construção da equidade e de envolver o conjunto da sociedade para que as diversas formas de violência, em especial a machista, sejam consideradas inaceitáveis por todas e todos.

Assinam:

AMLGB – Associação Maringaense de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
CAHRF – Centro Acadêmico Horácio Raccanello Filho UEM

CAFIL – Centro Acadêmico de Filosofia UEM

CAFF – Centro Acadêmico de Ciências

Sociais UEM

CAHNAC – Centro Acadêmico de História UEM

Coletivo Yalodê Bada – Coletivo da Juventude Negra

G.E.F. – Grupo de Estudos Feministas

Grupo de Estudos Feminismo e Classe

Marcha Mundial das Mulheres – Paraná

Numape UEM – Projeto de Extensão sobre a

Lei Maria da Penha

NUDISEX – Núcleo de Pesquisas e Estudos em Diversidade Sexual

ONG Maria do Injá ■



Maria Rita Kehl

Psicanalista, Doutora em Psicanálise (PUC-SP), jornalista e escritora. Entre 2012 e 2014 participou da Comissão Nacional da Verdade que investigou os crimes cometidos por agentes do Estado brasileiro durante a ditadura militar. Autora de (entre outros): *Deslocamentos do feminino – a mulher freudiana na passagem para a modernidade*. São Paulo: Boitempo 2016 (3ª edição) e *O tempo e o cão – atualidade das depressões*. São Paulo: Boitempo 2009 – prêmio Jabuti do ano de 2010 na categoria de não-ficção.



Fernanda Palheta

JPF — Em sua obra “deslocamentos do feminino” a senhora apresenta três conceitos: a mulher, a posição feminina e a feminilidade. Qual seria a diferença entre eles?

MARIA RITA — Bem, “mulher” não é difícil definir: tem a ver com o sexo biológico. Embora Freud (e não Simone de Beauvoir, que o citou e ficou com a fama) tenha dito que “não se nasce mulher, torna-se mulher”, a primeira coisa que se diz de um bebê ao nascer é: “menino/menina”. A posição feminina ou a posição masculina são as posições subjetivas que cada um ocupa, de acordo – ou não – com o sexo biológico, na relação com o sexo supostamente oposto. A feminilidade é uma construção de estilo que varia de acordo com a cultura, a classe social, etc. E “posição feminina” é um conceito ligado a subjetividade e a sexualidade; refere-se ao modo como a mulher desfruta de seu corpo e do corpo do parceiro (ou de uma parceira mais fálica) na relação erótica.

“De um lado, as meninas estão decididas a não aceitar mais nenhum abuso, nenhum. Por outro lado, acho que ainda falta uma volta nesse parafuso; penso que precisam entender que o inimigo é o machismo, mas não necessariamente os meninos.”

JPF — Na apresentação de seu livro, Marilena Chaui aponta que Freud se refere ao feminino como mistério e enigma, mantendo a imagem da mulher burguesa doméstica e dependente, e isso fez com que muitos o acusassem de misoginia. Como a senhora vê esta questão?

MARIA RITA — Eu gostei do que a Marilena escreveu porque está em consonância com o que escrevi no livro: a sexualidade da mulher, na era vitoriana, não era enigmática apenas para o homem; era enigmática para a própria mulher. O “mistério” feminino é um produto da extrema repressão que recaía sobre o corpo das mulheres. Nem elas mesmas conheciam os “mistérios” de seu sexo e de seu gozo. Freud decifrou muitos aspectos dos sofrimentos das mulheres, mas não poderia ter desvendado um desejo feminino que era opaco para ele até dentro do próprio casamento. Mas, apesar dessas limitações, ele foi capaz de escutar as históricas e, a partir disso, de desvendar a origem sexual dos sintomas neuróticos..

JPF — Como a senhora enxerga a ascensão de discussões sobre o movimento feminista? Seria uma interessante resposta do sofrimento das mulheres nos nossos tempos atuais?

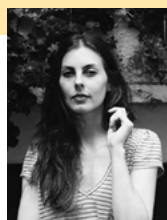
MARIA RITA — Não me considero qualificada para responder a contento essa pergunta porque não tenho acompanhado de perto o novo movimento feminista. Mas observo, na superfície, duas tendências opostas. De um lado, as meninas estão decididas a não aceitar mais nenhum abuso, nenhum. Exigem respeito a seus corpos, sua independência, seus desejos e suas recusas. Por outro lado, acho que ainda falta uma volta nesse parafuso; penso que precisam entender que o inimigo é o machismo, mas não necessariamente os meninos...

JPF — Na sua obra “o tempo e o cão”, há uma discussão sobre a depressão como um sintoma social de nosso tempo. A partir de sua experiência clínica, como a senhora enxerga as diferentes manifestações do sofrimento na atualidade?

MARIA RITA — De maneira geral, há uma relação muito direta entre o aumento das depressões e o sentimento de desesperança; quando o sujeito se vê impotente diante das forças que comandam seu destino ele se deprime, se encolhe. Mas nem sempre as situações de opressão na vida social causam depressão: quando as pessoas se unem para combater o que os oprime, mesmo em situações difíceis, a luta coletiva pode ser um forte antidepressivo! Acrescento ainda que, em “O tempo e o cão”, eu relacionei um aspecto do aumento das depressões a um efeito da sociedade de consumo: o deprimido não seria um sujeito a quem faltam coisas, mas um sujeito a quem falta espaço para desejar. Resumiria em uma frase: “a depressão é o sujeito saciado”. ■

PENSO ASSIM

mulher

**Mariana Vitti**

Fisioterapeuta e pós-graduanda em Terapia Intensiva (PUC-RS). Os poemas, garante, tece em horários fora dos plantões hospitalares.

e cristo desceu dos céus em carne viva
como parto prematuro
de seis meses e meio
do ventre de sua mãe pobre,
remelenta e sem teto.
cristo sofreu da febre de pneumonia
febre de infecção intestinal
e aquela febre comum de se estar vivo.

cada dia sobrevivido
era o protesto diário de
luta
contra as desigualdades.
viver era ser revolução.

cristo vendia latinhas que catava pela
cidade
uma cidade que ignorava a sua
presença
mas que abusava sexualmente e
socialmente de cristo
dos becos do centro do Recife
aos prédios brancos dos bairros da
elite
cristo chorava pelos cantos

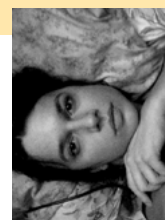
porque gostava de mulher,
de cachaça e de sonhar.

cristo juntou seu povo faminto de vida
disse que deveriam ficar unidos
e criar os seus sustentos
como cooperativa.

cristo mobilizou uma sociedade
gerou exemplos pelo Brasil
apareceu até na internet
e levantou um mundaréu de ódio
dos que abominavam
o levante de igualdade dos
marginalizados.

cristo morreu mulher negra lésbica
pobre revolucionária
com dois tiros no peito
na noite passada. ■

Vida nos dentes

**Viviane Silvestre**

Mulher trans, escritora e professora. Ela escreve quando pode em eusouummonstro.wordpress.com.

Nem tinha nascido e já queriam saber do seu sexo. “É um moleque!”, disse o médico mostrando rapidamente um borrão na tela da ecografia. A mãe, então, soube que viria mais um. Três filhos homens. Quando veio a hora, nasceu como os outros. Parto normal. Cresceu. Brincava. Era até feliz. Até que aprendeu a falar. As primeiras frases, os gestos, os gostos por coisas de menina. Aquilo não era certo. O pai dizia que era culpa da mãe, que o moleque era criado com cuidados demais. A mãe culpava o pai por não estar presente, por não cumprir o papel de figura masculina. A trégua veio quando ambos concordaram que daquele jeito não dava pra ser, que a criança precisava de um corretivo. Mariquinha ele não seria.

Quiseram então ensinar a maneira certa. O jeito de ser homem. O pai levando no futebol e empinando pipa, a mãe repreendendo as maneiras delicadas e proibindo brincadeiras femininas. Não adiantava. Franzina e muda, derrubava o carretel do papagaio e se assustava com os gritos da torcida. Escondida, calçava os sapatos da mãe e fazia bonecas com o que tinha à mão. Os irmãos caçoavam distantes, até perceberem que nem para o pai e nem para a mãe a pequena criança tinha alguma dignidade. Cansados do que chamam de birras e caprichos do menino, assumiram que o jeito seria deixar pra lá. Os irmãos passaram então a sofisticar as violências, urinando no colchão em que ela dormia e rasgando os cadernos da escola. Sofreu o pão que o diabo amassou. Apanhou muito. Era molestada. Sobrevivia a um dia de cada vez.

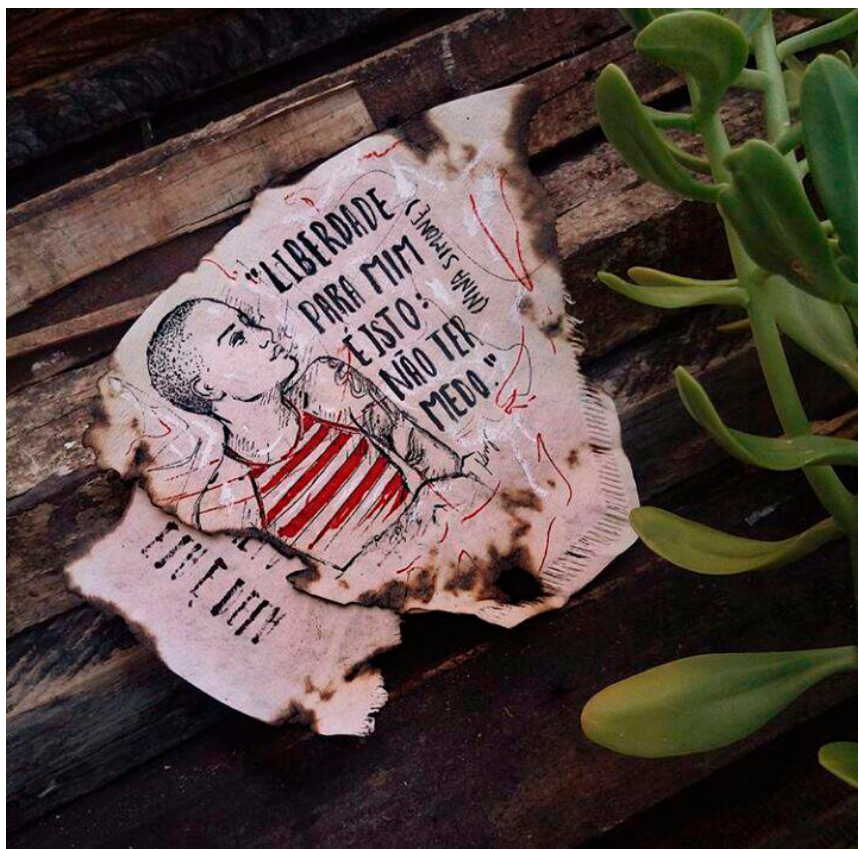
“Isso é um espírito.”, disse a mãe – que era crente – certa vez quando assistiam na TV uma reportagem sobre as travestis e o carnaval. A criança, então, soube pela voz da mãe que era má. E soube também de outras coisas. Aprendeu que o sexo era o destino de quem era “macho/fêmea” como ela, abusada e sexualizada desde muito nova pelos irmãos que a chamavam assim. Viu na televisão que gente como ela era sempre motivo de surra ou piada. Ela não ria. Por dentro sentia uma tristeza morna e viscosa que lhe tomava a garganta, confundindo suas palavras e impedindo que falasse ou se defendesse. Em casa ajudava nas tarefas domésticas porque já não queria ir pra

escola. Sofria demais. As brigas constantes com os meninos, as piadinhas das meninas e os professores, coniventes e bovinos, encerrando a pior das maldades.

Quando fez quatorze anos saiu de casa. Não aguentava mais os irmãos. Também não gostava da forma como sua mãe calava quando precisava dela. Com o pai, há muito que já não conversava. Na rua, procurou por gente como ela. Conheceu Patrícia, uma travesti que via às vezes no centro da cidade. Nessa idade, já sabia que era assim. Que era uma mulher apesar do que os outros diziam. Que era uma travesti. Com alguma paciência, Patrícia ensinou sobre os hormônios que ela mesma aplicava todo mês. O cabelo cresceu e aos poucos, graças às injeções e a linguagem, ganhou formas cada vez mais femininas. Para pagá-los e também o quarto em que dormia com Patrícia, começou a se prostituir. “No começo é difícil mesmo, mas depois você pega o jeito”, ouviu da colega certa vez ao chegar sangrando. E ela teve razão. Se acostumou ao serviço que fazia sem alegria ou prazer, mas que lhe garantia o que comer e o que fazer com seus dias.

Experimentou o oco do ser humano. O sexo como castigo secreto. A pulsão de morte. Sentia que não podia negar qualquer pedido dos clientes. Eram eles que pagavam as poucas coisas que possuía. Defecaram em sua boca, a penetraram com o punho, humilharam-na tanto quanto todos os outros que havia conhecido. Até mesmo Patrícia, sua única companheira foi embora levando o pouco que tinha economizado. Nunca experimentou o amor, leu um romance ou sentiu que era querida. Envelheceu rápido perdendo um a um dos dentes. Sem acesso a qualquer asseio ou medicina adquiriu sífilis. Aos poucos perdeu a visão. Todos os dias acordava vendo as coisas cada vez mais vultosas. Anoitecia cedo. Quase não comia. Mas ela já não sentia mais dor ou tristeza. O cansaço e a dor da sífilis enevoando suas memórias. Já nem sabia quem era. Quando sentiu que a morte viria tirou a roupa e saiu à rua, sorrindo com a boca desdentada, horrorizando cada um dos transeuntes que passavam. ■

ARTE

**Kemmy Fukita**

Designer de moda e ilustradora do projeto “No Filtro”, em que realiza ilustrações em filtros de cafés usados.

Dr. Cleto Rocha Pombo Fº
médico-psiquiatra-psicoterapeuta
CRM 19276

Av. Tiradentes, 1081
Centro Vascular João Belczak

44 3225-4965

Especialista em Psicoterapia USP-SP

Maringá – PR

O Ato Analítico – Clínica e Transmissão em Psicanálise, em parceria com a Oficina do Saber, promoveu nos dias 24 e 25 de março a oficina inaugural de 2017, tendo como convidada a psicanalista Erika Parlato, membro da Comissão Científica do PREAUT – Programme Recherche Evaluation Autisme na França e coordenadora Nacional da pesquisa PREAUT – Brasil.

Na palestra dirigida ao público em geral, “O que os bebês nos ensinam sobre o sofrimento psíquico”, Érika abordou o diálogo atual que a psicanálise tem realizado com as recentes descobertas em neurociências e neurogenética. Ilustrou seus relatos com pesquisas realizadas na França que mostram que, os mecanismos neurogenéticos, com os quais a criança nasce, permitem, pelo fenômeno da neuroplasticidade, o surgimento de intercâmbios especulares orientados pela linguagem. Resultados que colocam, o bebê, como coautor da sua construção subjetiva, no acolhimento do Outro materno (Função Materna).

Portanto, desde o nascimento o bebê se mostra um ser com competências que sente o mundo a sua volta.

Quando o período inaugural de aquisições para a construção do aparelho psíquico é comprometido por algum obstáculo neuropsicoperceptivo, o papel de coautor do bebê é inviabilizado e, assim, desestimula os pais na função que lhes cabe. A detecção precoce destes sinais aponta para uma intervenção que, se aplicadas nestes tempos inaugurais, minimizam o sofrimento e as dificuldades do bebê e de seus pais.

No seminário clínico, “Psicanálise com bebês: intervenções na primeira infância”, Érika demonstrou, por meio de casos clínicos, o afazer no atendimento conjunto com os pais, convocando-os ao papel de “estimuladores essenciais” de seu bebê, com o suporte do psicanalista. Logo, uma intervenção precoce, nestes tempos inaugurais do psiquismo, conduz o resgate essencial para trazer o bebê como protagonista da sua história e, assim, uma prevenção possível. ■

CONEXÕES

Farol das Orcas e a relação terapêutica no tratamento do autismo



Fernanda Maysa Borniotto

Acadêmica do quarto ano de Psicologia (UEM) e membro do IPF.

Farol das Orcas (El Farol de Las Orcas), é um filme espanhol de 2016, dirigido por Geraldo Olivares, baseado na história real de Roberto Bubas, um conhecido “encantador de orcas” responsável por um santuário de baleias orcas numa remota região da Patagônia. No filme ele é representado por Beto (Joaquín Furriel), um guarda florestal nacional da Patagônia, o qual mantinha uma relação afetiva com a natureza e, mais especificamente, com as orcas. Ele as considerava como sua família, contudo era um homem solitário. Com a chegada de Lola (Maribel Verdú) e seu filho Tristan (Joaquín Rapalini) de onze anos, novas emoções surgem na narrativa e surpreendentes mudanças começam a acontecer. Tristan é autista e sua mãe vai à procura de Beto ao perceber que o filho demonstrava emoções ao assistir na televisão um documentário sobre as orcas, produzido pelo mesmo.

O Autismo é um Transtorno Global do Desenvolvimento, também chamado de Transtorno do Espectro Autista. Caracteriza-se por alterações na comunicação, na interação social e no comportamento da criança. Essas alterações aparecem antes dos 3 anos de idade e podem ser percebidas nos primeiros meses de vida. As causas ainda não estão claramente identificadas, porém já se sabe que o autismo é mais comum em crianças do sexo masculino e independente da etnia, origem geográfica ou situação socioeconômica.

De acordo com a cartilha da Defensoria Pública do Estado de São Paulo junto ao Movimento Pró-Autista (2001), o desenvolvimento da criança autista acontece de um jeito diferente do esperado para crianças da mesma idade. Alguns sinais podem ser percebidos no ambiente escolar, familiar e social, que indicam traços autistas ou outros problemas, como, por exemplo, não responder ao chamado do próprio nome; ausência, ou pouca frequência de contato visual com outras pessoas; a fala pode ser pouco usada, se expressando através de gestos; movimentos repetitivos (estereotípias); preferência em ficar sozinho; se apegar a objetos e apresentar crises de agressividade.

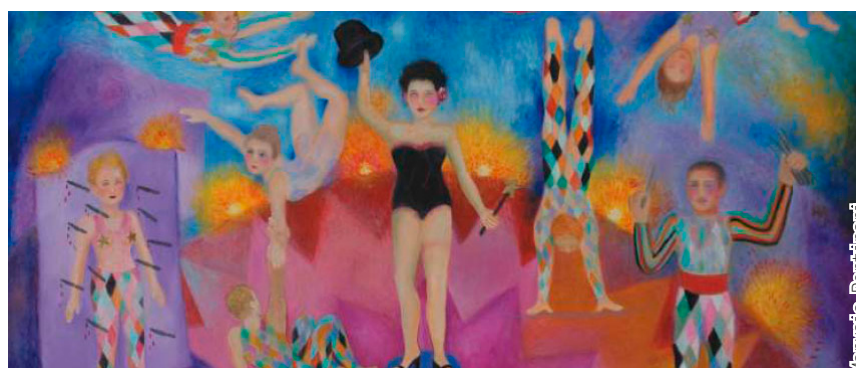
Entretanto, esse diagnóstico deve sempre ser feito por profissionais especializados, pois esses comportamentos são apenas indicativos e cada caso possui a sua especificidade.

O Dia Mundial da Conscientização do Autismo é comemorado no dia 2 de Abril e foi criado pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 18 de Dezembro de 2007, com o intuito de alertar as sociedades e governantes a fim de esclarecer e conscientizar a população, uma vez que o autismo atinge cerca de 70 milhões de pessoas no mundo.

No filme, Tristan não faz uso da fala e apresenta pouca interação com outras pessoas, por conta disso, sua mãe está sempre por perto a fim de protegê-lo. Beto, de início, demonstrou resistência em aceitar a mãe e o filho em sua casa, pois percebeu que o menino apresentava comportamentos diferentes. Posteriormente, aceita ajudar Lola, acreditando ser possível que o contato com as orcas possibilitasse sensação de bem-estar e equilíbrio emocional para as crianças autistas, como já havia verificado em seus trabalhos com os golfinhos.

Conseguimos perceber com o decorrer da trama, que Tristan conseguiu demonstrar mais suas emoções, principalmente a alegria, e o quanto ele conseguiu desenvolver maior autonomia. O filme demonstra como Beto teve um papel terapêutico na vida do menino, pois ele conseguiu interagir com Tristan, considerando suas potencialidades. Mesmo com a prevalência do silêncio por parte da criança, Beto sempre construiu diálogos e lhe oferecia o direito de realizar uma série de ações, como jogar as algas para as orcas, escovar o cavalo, soprar a gaita, falar... A orca apresentada no filme, chamada carinhosamente de Sharka, teve um papel simbólico para o desenvolvimento do menino, que encontrou, a partir dela, novas formas de se expressar.

Farol das Orcas vem, realmente, iluminar a temática do autismo, assunto tão complexo que precisa ser debatido. O filme nos faz pensar em nossa relação com a natureza, além da fotografia e a trilha sonora serem belíssimas! ■



COTIDIANO

As guerras que não queremos lutar



Luíse Bello

Publicitária, feminista e a mais antiga colaboradora da ONG Think Olga, responsável pela campanha Chega de Fiu Fiu, que combate o assédio sexual em espaços públicos. Ela é uma das redatoras da cartilha lançada pela Defensoria Pública do Estado de São Paulo de combate ao assédio e de duas edições do minimanual do Jornalismo Humanizado. É entusiasta de discussões sobre as relações que existem entre mídia, gênero e violência contra a mulher.

Quantas vezes você já ouviu pessoas falando coisas como: "o pai da criança abandonou a namorada grávida, mas ela não vai correr atrás da pensão porque é muito guerreira e vai criar sem a ajuda dele"? Ou então: "ela é uma guerreira, suportou anos de abuso por causa dos filhos"? Ou até mesmo algo como "ela chegou à diretoria mesmo com todo machismo, provou ser tão capaz quanto os homens para chegar lá. Que guerreira!".

É curioso como a nomenclatura de "guerreira" nesses casos traz pouca ou nenhuma reflexão sobre a guerra em si. Vamos falar abertamente? Nosso inimigo é o machismo. E é difícil acreditar que ele não está por trás da celebração de mulheres que, para vencê-lo, abriram mão dos seus próprios direitos. São essas mulheres, as que encontram caminhos alternativos às custas da sua própria integridade e paz de espírito, que são celebradas – como se não fosse necessário enfrentar e combater esse sistema de injustiças.

Para começar, não estamos, de forma alguma, dizendo que essas mulheres não são fortes e determinadas. Elas são – e muito. A gente sabe porque a luta contra o machismo é mesmo uma guerra diária e nós fazemos tudo o que está ao nosso alcance para vencê-la. Mas o pagamento da pensão é uma obrigação do pai – e chamar os homens à essa responsabilidade é um direito garantido por lei, não há demérito nenhum em fazê-lo. Nenhuma mulher deve sentir-se na obrigação de submeter-se à violência doméstica; precisamos de políticas públicas que as acolham, protejam e punam agressores. E chegar ao topo da carreira não deve ser mais sacrificante para uma mulher do que é para um homem – são as empresas que devem proporcionar isso ativamente por meio de medidas que eliminem diferenças de gênero no ambiente de trabalho.

Nós aprendemos que é bom e bonito silenciar e superar os desafios "apesar de tudo", mas as únicas que estão lidando com o dano físico, mental e financeiro disso tudo somos nós. É do nosso bolso (no qual já entra menos dinheiro que no dos homens) que sai o valor necessário para criar o filho, é a nossa carne que sofre com a violência física e é a nossa personalidade e a nossa saúde mental que estão em risco quando delas precisamos abdicar para ter sucesso profissional.

Quando celebramos a superação do status quo, estamos admitindo que o status quo não pode ser mudado, que "as coisas são e sempre serão assim". Já sabemos que isso não é verdade. Ainda há muita luta pela frente, mas mudanças são possíveis.

Não queremos esta guerra atribuída a nós. Não queremos o caminho mais difícil sempre. Queremos transformações, direitos, igualdade, saúde, tranquilidade.

A conversa atual precisa mudar. Vamos celebrar as

mulheres, sim, mas vamos falar sobre os seus verdadeiros inimigos nessa guerra e criar estratégias para combatê-los. Chega de carregarmos sozinhas o peso dessa injustiça e sermos parabenizadas por sermos fortes quando essa é a nossa única opção. Vamos ser fracas e sentir raiva e exigir, sempre, a dignidade que merecemos como seres humanos, sem precisar provar para ninguém que sabemos sofrer nesse silêncio que nunca nos protegeu. ■



Haydeia Santiago

leda Marinho de Sousa

Psicóloga

CRP 08/23988

☎ 44 99982 6062

🌐 leda-marinho@hotmail.com

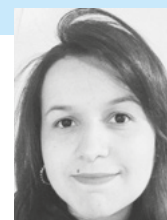


INTEGRAÇÃO

Psicologia & Desenvolvimento de Pessoas

44 9985 - 9839

A camisa do homem feliz e a suposta felicidade



Lívia Batista Pereira Larranhaga
Psicóloga (CRP 08/13426) e Mestre em Psicologia (UEM).

O conto "A camisa do homem feliz", cujo relato é de Ítalo Calvino (1990), leva-nos a uma reflexão sobre a dinâmica da felicidade. De forma semelhante, Freud (1931/2006), no texto "Mal-estar na civilização" também discute o problema da felicidade, no entanto, ele o associa ao tema do sofrimento. A fim de articular os dois autores, primeiramente, apresentarei o conto para depois associá-lo às ideias de Freud (1931/2006).

Era uma vez um rei que tinha um filho único que ele amava muito. O príncipe era motivo de muita preocupação para o seu pai, pois sempre estava muito triste e insatisfeito. A fim de ajudar seu filho, o rei buscou ajuda de filósofos, doutores e professores que vieram de toda parte do mundo aconselhá-lo. Depois de se reunirem, eles deram a seguinte orientação:

–Majestade, pensamos, lemos as estrelas; eis o que deve fazer: procure um homem que seja feliz, mas feliz em tudo, e troque a camisa de seu filho com a dele!

A partir disso, o rei passou a procurar pessoas que ele julgava que eram felizes e para se certificar que elas, de fato, eram felizes, ele fazia uma proposta para que elas fossem morar em seu castelo. Se a pessoa aceitasse o convite, ele compreendia que ela não era feliz por não estar satisfeita com a vida que levava. Depois de alguns encontros mal-sucedidos, o rei saiu para caçar. Enquanto ele caminhava pela mata, ouviu um jovem cantando alegremente e pensou: "Quem canta assim só pode ser feliz!". Ele se aproximou do jovem e iniciou um diálogo com ele:

– Bom dia, Majestade! – cumprimentou o jovem. Tão cedo e já pelos campos?

– Bendito seja você! Quer que o leve comigo para a capital? Será meu amigo.

– Ai, ai, ai, majestade, não, não mesmo, obrigado! Não trocaria de lugar nem com o papa!

– Mas por que você, um rapaz tão forte?...

O rei entendeu que estava diante de um homem feliz e que sua camisa salvaria seu filho, no entanto, quando o jovem desabotoou seu casaco, o rei ficou decepcionado. O homem feliz não tinha camisa.

Freud (1931/2006) associa o problema da felicidade ao do sofrimento, já que na busca da felicidade há uma dicotomia. Por um lado, o sujeito busca a ausência de sofrimento e desprazer, por outro, busca momentos de prazer. Dessa forma, uma das metas da felicidade é evitar o sofrimento. Nesse sentido, para alcançarmos a felicidade, fugimos do sofrimento.

Na relação com a felicidade, o sujeito parece ter uma postura ativa assim como o rei que saiu em busca da camisa. Já no sofrimento, o indivíduo parece ocupar um lugar mais passivo. Ou seja, tentamos atingir a felicidade, em contrapartida, somos atingidos pelo sofrimento. Isso se comprova quando Freud (1931/2006) afirma que a felicidade é restringida pela nossa constituição, já a infelicidade pode ser experimentada a partir de três direções: do corpo, condenado a finitude; do mundo externo que pode se voltar contra nós com forças de destruição, por último, pode advir do nosso relacionamento com os outros homens.

Nesse sentido, Freud sugere que, diferentemente da felicidade, o sofrimento faz parte da nossa constituição. No conto, o rei sai em busca da suposta felicidade, mas não a encontra onde ele achava que iria encontrá-la, muito pelo contrário, é em um momento de distração que ela surge.

Dessa forma, o desfecho da história mostra uma inversão, pois ela não termina com uma relação de causa e efeito em que o rei busca e encontra o que estava procurando, pelo contrário, é a felicidade que vai ao seu encontro. Além disso, a felicidade se apresenta de uma forma que o rei não imaginava, por isso ela é suposta. Ele acreditava que a encontraria sob a forma de uma camisa. A ausência da camisa naquele que foi considerado o homem feliz pelo rei talvez represente a ideia de que a felicidade se constrói a partir de uma falta e daquilo que supomos que ela seja. Não só isso, a felicidade é aquilo que nunca iremos encontrar de forma concreta, talvez seja por isso que Freud (1931/2006) tenha afirmado que a felicidade é uma manifestação episódica, ou seja, ela só pode ser descrita por meio de momentos de prazer.

Por isso, a expressão "busca pela felicidade" define bem o constante movimento em direção a algo que existe apenas a partir de uma suposição. Em outras palavras: a camisa não existe, mas precisamos acreditar na sua existência, pois é isso que nos motiva a viver. No final, o conto revela de forma desafiadora que a vida é essa busca incessante por algo que nunca encontraremos e que paradoxalmente pode nos encontrar. ■

bne

ALÉM DOS CONFLITOS COMUNS...

A adolescência é um período delicado e cheio de conflitos internos. É a preparação para a vida adulta, deixando de ser "dos pais" e se tornando "dono de si". Essa passagem tende a ser natural, porém, em alguns casos, os conflitos se externam, causando estragos em suas relações familiares e sociais. Nesta situação, buscar ajuda especializada é fundamental para diferenciar os conflitos comuns do Transtorno Desafiador-Opositor.



www.essentia.med.br

Dr. Felipe Pinheiro de Figueiredo
CRM 31928 | RQE 17308/17215
Av. Tiradentes, 1.008 | Sl. 1604 | Maringá - PR
contato@essentia.med.br | 44 3346-9222



essentia
Clínica de Psiquiatria

O pagamento

O sofrimento da mulher ontem e hoje. Esse foi o tema solicitado pela equipe do jornal e veio ao encontro de um assunto sobre o qual tenho me debruçado há alguns anos: a posição social da mulher e o atravessamento disso na sua constituição subjetiva. Intitulei este texto por “O pagamento é com o corpo” por perceber um ideário de que o corpo da mulher é responsável por sentimentos voluptuosos dos homens e de outras mulheres que receiam não controlarem seus impulsos. Assim, projetam a culpa dos males na mulher, especificamente em seu corpo, e é por ele que ela deve penar.

Esse ideário encontrou respaldo no Cristianismo Primitivo que atribuiu as mazelas do mundo à Eva por ter incitado Adão a pecar e como castigo sofreu com as dores do parto. O corpo paga na fogueira, na forca, na guilhotina, na violência obstétrica que desde a Idade Média não desapareceu por completo. O corpo paga com os sintomas físicos da histeria. O corpo paga com invasões de procedimentos com fins estéticos. O corpo paga com regimes e dietas restritivas. O corpo paga com as manifestações físicas da angústia. O corpo paga com os fenômenos psicossomáticos. O corpo paga com dores de cabeça, dores de estômago, dores de garganta. Dores no corpo.

Na Idade Média as mulheres que não sucumbiam à subjugação e opressão da Inquisição eram torturadas, queimadas e enforcadas. Para ilustrar, as parteiras que conseguiam reduzir as dores das parturientes foram perseguidas porque esta prática era considerada pagã.

Na Idade Moderna essa opressão deixou de ser feita com força e violência explícitas e passou a ser operada de um modo mais inteligente e perigoso. Se tratava de uma época cujos ideais eram a igualdade e a liberdade, e por isso, a mulher não poderia ser subjugada como ser inferior. Intelectuais da época articularam discursos sociais naturalizantes os quais atribuíam à mulher a complementaridade ao homem. Ela passou a ser descrita e enxergada como um ser puro, sentimental e frágil, cujas funções eram ser dona de casa, esposa e mãe. Não lhe era conveniente estudar conteúdos que não dissessem respeito a moral e bons costumes, além de manuais sobre como agradar ao marido, claro! Também não lhe era conveniente exercer atividades que não estivessem diretamente relacionadas ao bem-estar dos filhos e do marido.

*“Ai, meu Deus, que saudade da Amélia
Aquilo sim é que era mulher
[...]”*
*Amélia não tinha a menor vaidade
Amélia é que era mulher de verdade*

*Amélia não tinha a menor vaidade
Amélia é que era mulher de verdade”*
(Ataulfo Alves e Mario Lago).

Entre ser concebida como um ser desprezível ou portador do pecado e do mal e ter a chance de se tornar uma Rainha do Lar, a grande parte das mulheres optou pela segunda posição. Para isso, elas reprimiram seus desejos e aspirações individuais e se tornaram fiscais e mantenedoras da moral e dos bons costumes entre as outras mulheres.

*“Essa dama era Geni
Mas não pode ser Geni
Ela é feita pra apanhar
Ela é boa de cuspir
Ela dá pra qualquer um
Maldita Geni”*
(Chico Buarque).

As mulheres escaparam das fogueiras, forcas ou guilhotinas e caíram doentes de um mal que parecia inescapável – a histeria. Os sintomas histéricos nos corpos das mulheres se tornaram muito prevalentes entre o fim do século XIX e o início do século XX e muitas vezes eram considerados como indignos de atenção dos médicos porque se tratariam de chiliques.

O advento das duas Grandes Guerras do século XX modificou novamente o lugar da mulher na cena social. Quando os homens deixaram seus postos de trabalho para lutar no front as mulheres foram convocadas a ocuparem seus lugares nas indústrias. Ocupação esta que portava condições de trabalho muito menos dignas do que tinham os seus antecessores. De todo modo, as Rainhas do Lar se tornaram chefes de família e operárias.

Agora com poder de compra, ainda assim em uma posição menos privilegiada socialmente e repletas de insatisfações, as mulheres se tornaram presa fácil da moda e da sociedade industrial, que começou a veicular um padrão de beleza idealizado ao mesmo tempo que vendia produtos requisitados por oferecerem a ilusão de poder se enquadrar no padrão e obter o reconhecimento social.

Elas se tornaram consumidoras ávidas dos produtos de luxo supérfluo – toda sorte de materiais domésticos, toda sorte de produtos infantis, toda sorte de produtos que lhes oferecessem a chance de se adequar ao ideal de beleza vigente na época – roupas, calçados, acessórios, cosméticos. Compravam a ilusão de alcançar a satisfação plena, o reconhecimento social, traduzido por amor, e a Felicidade! O ciclo incessante de consumo foi deflagrado e para mantê-lo as mulheres passaram a vender o

seu tempo de descanso e de ócio.

Não demorou para moda e a indústria articularem e veicularem outro ideal de mulher mais sofisticado, complexo e impossível de ser alcançado: a Mulher de Verdade não é mais Amélia, tampouco a operária. A Mulher de Verdade agora é aquela que é mãe amável, esposa dedicada, amante satisfeita, profissional de sucesso, bonita – diga-se magra e malhada – e Feliz! Trata-se de uma representação humanamente impossível de ser alcançada.

Nesta nova configuração o que se manifesta frequentemente é a culpa e a angústia: aquela que escolhe investir seu tempo e energia na maternidade é cobrada pela profissional que deveria ser tanto quanto se cobra pela fantasia da vida agitada e produtiva que poderia ser vivida e não foi; aquela que escolhe investir tempo e energia na vida profissional é cobrada por não executar a determinação biológica de ser mãe primorosa tanto quanto se angustia pela possibilidade de um dia arrependê-la de esta escolha.

Ocorre que na contemporaneidade não há espaço que privilegie a experimentação dos próprios afetos. Manifestações como culpa, angústia e tristeza não são aceitas na cena social e delas não se pode falar. Na Idade Média um dos instrumentos de tortura utilizados pela Inquisição era a Máscara de Escárnio. Esta era uma máscara de ferro com o orifício da boca em formato de sorriso, vestida na vítima, que por sua vez, era obrigada a se expor publicamente, sofrendo todo tipo de humilhações pela população. Esse castigo é atualizado na contemporaneidade quando a mulher é cobrada e demandada por todas as direções e não pode manifestar os seus afetos desagradáveis. Tem que se manter sorrindo.

As hipermulheres sofrem recorrentemente com quadros depressivos, quadros de angústia e com tantas manifestações físicas como dores no corpo, na cabeça, na garganta, no estômago. Opa! Mais um nicho de mercado! Para resolver o problema da tristeza ou apatia existem os antidepressivos; para resolver o problema da angústia existem os ansiolíticos; para resolver o problema das dores existem os analgésicos. Já se atentou ao número e ao tamanho das farmácias?

O sofrimento experimentado no corpo está tão bem camuflado que parece nada ter a ver com o desejo da mulher que de época em época é reprimido. Quando a repressão era operada com violência explícita as mulheres tinham condições de discernimento e de se revoltarem, ao passo que quando ela é operada por meio da moda, ao invés do discernimento e revolta, estão a alienação e o triunfo. ■

to é com o corpo

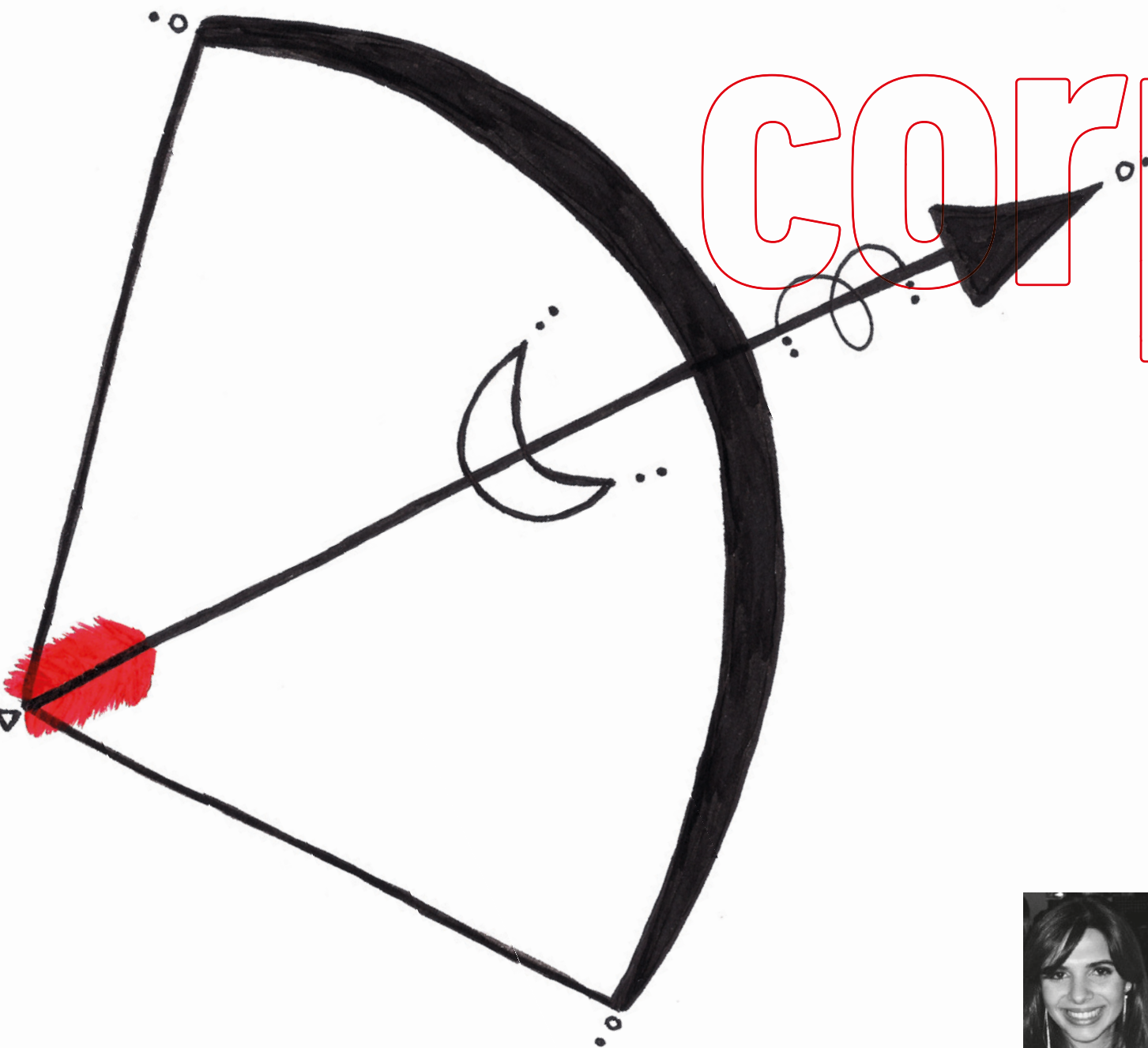


ilustração por Aline Jorge



Karla Mariana Fernandes Guimarães
Psicóloga (CRP 08/15469), Especialista em Psicanálise, Mestre em Promoção da Saúde. Docente de Psicologia na UniCesumar. Atualmente tem se dedicado a estudar a feminilidade e o feminismo.

Por que as crianças não contam?



Cassiane Pereira da Silva

Acadêmica do quarto ano de Psicologia (UniCesumar).

O abuso sexual infantil é um dos tipos de crimes sexuais mais frequentes da atualidade. As consequências desse abuso se fazem presentes nos diversos elementos da condição humana, em que deixam marcas psíquicas que poderão comprometer seriamente a vida da vítima. Um grande comprometedor na vida das crianças que foram vítimas de abuso sexual é o segredo. De acordo com Florentino (2015), o segredo proíbe a verbalização dos fatos, em alguns casos, porém, pode estar ligado a um modo de comunicação não verbal que predomina quando o abusador faz parte do meio familiar (nos casos de incesto). A vítima procura manter o segredo das situações vividas, tanto pelo medo de sofrer punições e castigos dos pais, quanto por acreditar que a responsabilidade de manter o equilíbrio e a integridade da família é dela.

As crianças comumente contam para os pais tudo o que julgam ser importante, como o contato com alguém novo, algo diferente que fez com o tio, o avô, o pai, a mãe, ou qualquer outra pessoa. Se as crianças contam tudo, por que não contam algo tão importante como um abuso sexual? Tilman H. Fűrniß (2011), especialista em tratamento de casos de abuso sexual infantil, esclarece que o abusador, de alguma forma, faz com que a criança saiba que aquilo é errado, podendo dizer através de comportamentos ou palavras, como por exemplo, deixar mensagens dizendo que aquele é um segredo e que não pode ser contado a ninguém. Mas por que mesmo assim as crianças não contam? Segundo Fűrniß, porque a criança é amedrontada e sua vida se torna ameaçada.

A médica legista Mariana Silva Ferreira, em uma palestra sobre crimes sexuais (2016), nos coloca que algumas vezes o abusador sugere ameaças, como dizer que vai matar o "papai" ou a "mamãe" e, neste caso, a criança se assegura de guardar o segredo, temendo a perda de um dos genitores. Em outros casos, podem dizer que se

contar para alguém, "a mamãe vai chorar" ou "o papai vai ficar triste". Como a infância é marcada por uma completa identificação com os pais e como a pessoa que a criança mais ama e confia são estes, ela não quer magoá-los, nem quer que algo ruim aconteça a eles e muito menos deseja perdê-los. Em outros casos, o abusador pode dizer que se contar, a criança será mandada embora de casa. Uma criança não é capaz de suportar a ideia de perder o lar, onde estão as pessoas que ela ama. Ela não conta, tanto pelo medo de perder o lar ou o amor dos pais, como até mesmo pelo medo destes ou pelo restante da família não acreditar.

Gabel (1997) afirma que a criança tem oportunidade de declarar o grande segredo, quando recebe ajuda e confiança de profissionais, a partir disso, as manifestações mais notáveis vão desaparecendo. A criança, então, reencontra o interesse por si própria, pela brincadeira e por outras crianças. O segredo, entretanto, é causador de enormes consequências para o desenvolvimento emocional dela, e se mantém causando inúmeros comprometimentos psicológicos, que são nutridos pela angústia de não poder contar. Essa angústia, pode se desenvolver em diversas fobias, como o medo do escuro, medo de ficar sozinho, agorafobia, entre outras.

Contudo, é notório que os efeitos psicológicos sofridos pelo abuso sexual podem ser devastadores e os problemas derivados do abuso, perduram na vida adulta dessas crianças. A partir disso, Pfeiffer e Salvagni (2005) nos dizem que o abuso sexual é um fator predisponente a sintomas posteriores, como fobias, ansiedades e depressão, bem como envolvimento de um transtorno dissociativo de identidade. Muitas das vítimas, se não ouvidas, não ajudadas, se abandonadas à própria sorte, levarão dentro de si a criança ferida, com suas sequelas e angústias por toda a vida. ■



Ilustração do Amaral

Rolfing
Brasil
integração estrutural

Rolfing é um sistema de reestruturação corporal e educação do movimento no qual o profissional manipula o tecido conjuntivo que envolve e conecta nossos músculos e ossos (chamado fásia), liberando as tensões existentes em segmentos corporais como pés, pernas, quadris, tórax, pescoço e cabeça, realinhando-os à gravidade.

Com Rolfing o corpo ganha equilíbrio e não precisa gastar tanta energia para realizar movimentos básicos como manter-se em pé ou caminhar.

A sensação de totalidade adquirida com o Rolfing também contribui para a evolução pessoal, na medida em que estimula o autoconhecimento.

José Henrique Bronze Dias
Rolfista Estrutural e Movimento
rolfingmaringa@gmail.com
Maringá (44) 3031-2280 / 9973-3905
Londrina (43) 9617-6600



Giovana Kreuz

Psicóloga (CRP 08/07196), Especialista em Luto (Instituto 4 estações SP) e em Psicologia Hospitalar e da Saúde (CFP, ALAPSA). Mestre em Saúde Coletiva (UERJ); Doutora em Psicologia Clínica (PUC-SP/ LELu). Coordenadora do grupo de estudos e supervisão sobre suicídio, psicóloga clínica, voluntária na implantação do Centro de Valorização da Vida (CVV) e membro da Ong Instituto Longevidade.



Raquel Pinheiro Niehues Antoniaassi

Psicóloga (CRP 08/10815), Especialista em Psicologia da Saúde e Hospitalar (FPP), Especialista em Gestalt-terapia (NECPAR), Mestre em Psicologia Clínica (PUC-SP). Atua como psicóloga em consultório particular e na Unidade Básica de Saúde Pinheiros (Secretaria Municipal de Saúde de Maringá). Coordena grupo de estudos sobre suicídio. Idealizou e realizou a capacitação sobre Prevenção e Posvenção do suicídio para 840 funcionários na Prefeitura de Maringá (PR), em 2016. Coordenadora do Centro de Valorização da Vida (CVV) Maringá.

Prevenção do suicídio de crianças e adolescentes: o grande desafio

Por muito tempo, o tema do suicídio ficou obscurecido e negligenciado sob o manto do tabu, reforçando a negação e gerando forte estigmatização acerca das pessoas com comportamentos autodestrutivos e/ou de autoextermínio. Quando o suicídio é cometido por uma criança ou adolescente a inaceitabilidade e a negação são ainda mais significativas – não é possível, deve haver algum engano: como pode uma criança tirar a própria vida? Quais razões a levariam a um ato tão extremo? Demoramos a aceitar e perceber os sinais de suicídio entre os jovens.

O suicídio configura um tipo de morte violenta e traumática que afeta cerca de 10 pessoas devido ao impacto, podendo gerar, além da possibilidade de processos de luto familiar com importantes fatores complicadores com o aumento do risco para outros suicídios, também frustração às equipes de saúde e sociedade; pois quando uma criança tira a própria vida constata-se a ineficiência dos recursos de cuidado e proteção à infância e adolescência.

O risco para o suicídio nessa faixa etária inclui diversos fatores socioculturais, afetivos, econômicos, de escolarização e acesso à informação, assim como o tipo de relacionamento afetivo e familiar; isolamento e abandono; dificuldades de aceitação acerca da identidade pessoal e sexual; abusos e violências; falta de perspectiva e sentido para a vida; uso precoce de álcool e drogas; sentimentos de autodepreciação e depreciação social como preconceito, rejeição, injúria e difamação – incluindo bullying e cyberbullying.

Estamos diante da polêmica que a série 13 Reasons Why tem promovido e, em contrapartida, o desastre do desafio da Baleia Azul. Embora a série tenha lados negativos e positivos – aliás como tudo na vida –, certamente é uma oportunidade para que possamos conversar abertamente sobre suicídio. Nesse sentido a série ficcional pode ser considerada como positiva, pois abre espaço e dá voz às pessoas em sofrimento que atravessam situações semelhantes na vida real, fazendo eco na sociedade e impelindo ao pensamento empático. No entanto, vale mencionar que a série por si só não é promessa de “salvação” ou “condenação”, ou seja, deve ser levada à sério por pais, professores e tutores como um alerta: o desamparo está posto – o suicídio é um ato violento que gera consternação, repulsa, medo, impotência: nada podemos para reverter a morte real, carnal, consumada. No entanto, podemos muito diante do sofrimento: escuta e amparo para as angústias humanas (em todas as idades), sendo o start da obra uma oportunidade para a construção e compartilhamento das opiniões dos jovens para uma crítica ao modelo padrão estabelecido para o sofrimento, por exemplo, destacando quais os motivos, razões e estratégias que cada um, à seu modo, maneja o próprio sofrimento e reconhece (ou não) a dor alheia: “onde dói”, “como dói” e, diante das diversas maneiras de perceber e expressar é possível fazer um movimento integrado que possibilite novas saídas para situações que parecem intransponíveis ao jovem: “Sim há de haver alguma saída para os labirintos da vida!”.

Temas como bullying, estupro, assédio e abuso são apresentados e servem como base para nos colocarmos no lugar do outro, fazer



nossas avaliações de como é estar em ambos os lugares: agressor/agredido, vítima/algoz, abusador/abusado, e assim, pensamos que pode surgir uma reflexão importante sobre escolhas, fatalidade, permissão e permissividade, sobre estruturas e referências familiares, apoio e segurança.

Os pontos negativos foram amplamente mencionados em diversos veículos midiáticos, sendo necessário esclarecer que, quando tratamos de questões relacionadas ao suicídio, tais fatores não são apenas negativos, mas podem tornar-se de fato perigosos, visto que intensificam massivamente o risco, os danos e o potencial nocivo da obra quando não são tomados os cuidados preconizados pela Organização Mundial da Saúde. Isso ocorre quando abordamos o ato suicida explícita e didaticamente; quando apontamos “culpados”; quando damos um tom romântico-sádico (acentuando um certo lirismo mórbido) ao tema, ou mesmo quando compartilhamos textos pejorativos ou piadas. No entanto, mesmo os pontos negativos podem ser materiais de discussão, ampliando a questão do cuidado, do acolhimento e do risco de nossos atos, palavras e omissões diante de pessoas vulnerabilizadas. Por isso, não proibam o jovem (qualquer um de nós sabe muito bem que não adianta nada) de assistir, conhecer e discutir o tema do suicídio e, sim, assistam com seus filhos, para juntos refletirem sobre estratégias saudáveis para lidar com o sofrimento: este sim, um grande desafio! ■

Mais informações sobre apoio emocional gratuito: www.cvv.org.br

Casa e Escritório

Móveis e Acessórios

contato@casaeescritorio.com

www.casaeescritorio.com.br

Av. XV de Novembro, 1046
Maringá - Paraná - 87013-230
Fone (44) 3305-1800

CONEXÕES

Visibilidade para transexuais



Eliane Maia

Graduada em Psicologia, Mestre em Psicologia, Doutora e Pós-Doutora em Educação Escolar. Professora do Departamento de Teoria e Prática da Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação (UEM).

A maioria das pessoas aprende que se nasce com uma diferença essencial entre homens e mulheres, pautada pelos seus sexos biológicos. Desde o útero, no ultrassom, já está demarcado se o/a bebê será menino ou menina, a partir da visualização da sua genitália. Dessa forma se darão as marcas de gênero no corpo da criança, sendo elas físicas e psíquicas; demarcadas a partir das vestimentas, dos brinquedos e brincadeiras, da maneira que se lida com esta criança e lhe coloca expectativas sobre ser homem ou mulher, numa situação binária, correspondente ao que se espera socialmente.

Essa percepção, porém, modificou-se ao longo do tempo e das culturas. A concepção atual de que há dois sexos diferentes (macho e fêmea) surgiu apenas no século XVIII, anteriormente prevalecia o monismo sexual, a ideia de que há um único sexo. Com registros datados do século II, nos tratados de Galeno, para quem o sexo feminino era um subdesenvolvimento do sexo masculino, o órgão genital feminino (vagina) seria um órgão genital masculino (pênis) incompleto, ou seja, entendia-se que mulheres eram homens imperfeitos (LAQUER, 2001).

O conceito de gênero existe no meio científico desde meados do século XX, a partir das considerações de John Money (1955) acerca dos papéis construídos socialmente para homens e mulheres. Ele apontou gênero como um conjunto de características que definem diferenças sociais entre homens e mulheres; diferenciando esse conceito de sexo biológico e evidenciando que, nem sempre, as expectativas sociais relacionadas às pessoas nascidas com determinadas configurações biológicas (femininas ou masculinas) redundará na identificação com certo gênero (homem ou mulher), conforme demonstra Berenice Bento (2006, 2008), em seus estudos sobre a vivência transexual.

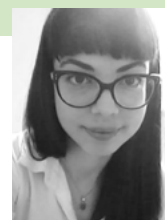
A expressão gênero, trabalhada por Louro (2009), Butler (1992) e outros/as pesquisadores/as, vem de encontro com as pesquisas sobre o início das teorias feministas, que se baseavam nela para defender perspectivas “desnaturalizadoras”. Em senso comum, associam fragilidade e submissão à mulher, o que ainda serve para justificar preconceitos e violências contra mulheres.

No Brasil é atribuído ao sexo um estatuto legal, de modo que no registro civil (certidões de nascimento, carteiras de identidade, crachás, nome na chamada escola, entre outros), utilizam-se dos nomes que foram atribuídos em relação ao sexo biológico. E o que dizer da população trans, neste sentido? Essa pertença, sentir-se uma pessoa que se quer ser, homens e mulheres trans, isso incorre em sofrimento e negação de direitos (JESUS, 2010). A (in)visibilidade das pessoas trans ainda é muito recorrente e em muitos espaços, tanto públicos quanto privados.

Por quais motivos isto ocorre? Seriam múltiplos, mas podemos atribuir ao preconceito, que ainda impera em todos os setores, sobre a pessoa se mostrar trans. Se a divisão binária ainda existe (masculino/feminino), pelo sexo biológico, que demarca os corpos e as pessoas que “transgridem” estas normas, como podemos mudar esta realidade?

De início, educar a população, desde a tenra idade, para que se aproximem das demarcações de gênero que temos em nossas vidas, e que são elas que nos engessam, nos aprisionam. Uma educação não binária e livre pode proporcionar liberdade de se mostrar e agir. Denotar que as pessoas merecem respeito e ser o que se quer ser, é uma questão de dignidade e alteridade! E todos/as merecemos! ■

Mulheres no design gráfico: uma discussão necessária



Aline Jorge

Especialista em Gestão da Comunicação Empresarial e em Gestão Estratégica de Design e Inovação. Sócia do estúdio de design Vermelho Panda.

Há alguns meses houve uma discussão em um grupo social da internet em que um publicitário questionava a suposta presença “fraca” de mulheres no design gráfico e em meios criativos. O comentário dele, preconceituoso e misógino, foi mais uma pedra no teto de vidro chamado mulheres no design gráfico.

Existem alguns livros e projetos pelo mundo que buscam dar maior visibilidade às designers “invisíveis” e à igualdade de gênero, buscando com isso incluir mais nomes de mulheres designers no campo da educação dentro de instituições de design. Elas existem e possuem um papel fundamental, desde que o design gráfico surgiu, mas muitas vezes continuam nos bastidores.

Desigualdades de gênero ainda existem no design gráfico, tanto quanto em outras áreas profissionais. Isso é um fato. Em agências de publicidade, local em que muitas designers estão inseridas, a desigualdade, infelizmente, é real e antiga. Desde assédios sexuais, vindos de colegas de trabalho e de chefes, ou o famoso “manterrupting”, tão comum em reuniões e brainstormings, em que mulheres não conseguem concluir suas frases por serem constantemente interrompidas por seus colegas homens. E a lista continua: desigualdade salarial, apropriações de ideias e rebaixamento para funções consideradas “apropriadas” para mulheres. Mulheres diretoras de arte ou de criação são raridade.

No campo do design gráfico as pessoas costumam dizer que não existem desigualdades de gênero, mas basta olhar os coordenadores de cursos de design nas faculdades, ou mesmo os designers presentes na linha de frente de eventos, para ver que não é bem assim. Essa é uma questão alarmante e que vem sido recentemente discutida por designers pelo mundo. O fato é que, nas faculdades de design, a grande maioria dos acadêmicos e professores ainda são mulheres. Mas quando estudamos a história do design na

faculdade, elas representam uma porcentagem muito pequena (isso quando são citadas).

Em 2011, a designer italiana Astrid Stavro escreveu um artigo intitulado “Beyond the glass ceiling: an open discussion” (em tradução livre: Além do teto de vidro, uma discussão aberta), em que levanta esse questionamento: afinal, por que há poucas mulheres conhecidas no design?

Em seu artigo, Astrid perguntou à designer Paula Scher, sócia de um dos maiores escritórios de design do mundo, por que o sucesso das mulheres não é tão celebrado quanto o sucesso dos homens. E Paula afirmou que “há muitas mulheres designers de sucesso. Não confunda sucesso com fama. Os designers ficam famosos falando em conferências. E a maioria das mulheres tem filhos e acabam não tendo tempo para isso. Recentemente, algumas mulheres designers, cujos filhos já estão crescidos, tiveram tempo para palestrar em conferências e, como resultado, ficaram mais famosas. A maioria dos homens são palestrantes em conferências porque possuem esposas que ficam em casa com as crianças. Isso é como eles ficam famosos.” Apenas um detalhe: o escritório em que Paula Scher é sócia possui 21 sócios, e apenas 4 são mulheres.

Se organizadores de eventos buscarem novas vozes relevantes, se a educação procurar listar e trabalhar nomes de mulheres na história e na construção do design brasileiro e mundial, se professores propuserem discussões e trabalhos de representação e gênero dentro dos cursos de design, então a história será construída de forma mais responsável e inclusiva. E isso é apenas o começo: ainda temos muito caminho pela frente, mas, felizmente, a comunicação visual (área que engloba o design) é uma das formas mais poderosas de expressão. Então estamos no caminho certo, e força é o que não nos falta. ■



Precisamos falar sobre nossos adolescentes!



Nayara Caroline Milhause

Psicóloga (CRP 08/17597). Especialista em Psicoterapia Psicanalítica Contemporânea (EPPM) e Mestre em Psicologia (UEM).

Nas últimas semanas nos deparamos com dois fenômenos mundiais: o jogo Baleia Azul e a série 13 Reasons Why. Ambos trazem à tona o tema do suicídio na adolescência, "aquele esqueleto no armário" que todos evitavam falar sobre. Desde então, muito se tem falado a respeito, e muitas vezes sem o necessário pensar a respeito que a temática exige.

Diante desse panorama, nós, psicólogos, estudantes de psicologia, pais, filhos, autoridades e demais interessados precisamos falar sobre nossos adolescentes, precisamos falar com nossos adolescentes, precisamos falar sobre o que está acontecendo, precisamos falar com os pais ou responsáveis dos adolescentes, enfim, precisamos falar!

Precisamos falar sobre o sofrimento desses adolescentes que elegem o suicídio

como uma saída, mas não apenas isso, precisamos estar atentos e nos adiantar a ouvir o que esses adolescentes têm a nos dizer, a nos contar. Precisamos ouvir as angústias que os fazem considerar o suicídio como uma solução, tanto para a eliminação do sofrimento como ao atribuir sentidos outros como se utilizar do suicídio como uma forma de vingança, reduzindo algo de ampla magnitude a uma ação de punição frente às injustiças. Precisamos pensar o que esses adolescentes encontram nos chamados "curadores", que não encontram nos pais e amigos, em pessoas próximas, que os impedem de procurar ajuda profissional, mas que os levam a cumprir tarefas aterrorizantes contra eles próprios. Que terror é esse que não se pode falar ou não se pode ouvir, mas se demonstra de forma tão trágica no próprio corpo?

Em várias das reportagens sobre o assunto, os adolescentes dizem que não dava para conversar sobre sua tristeza com os pais, pois eles não entenderiam. Recentemente, inclusive, uma adolescente ligou no meu consultório, havia encontrado o telefone na internet e perguntou se poderia agendar uma consulta sem que a mãe ficasse sabendo. Seriam essas questões apenas uma dificuldade na comunicação entre pais e filhos? De preservar os pais de sofrimento? De vergonha ou falta de intimidade?

Não é nosso objetivo esclarecer todas as perguntas aqui levantadas, mas, sim, chamar a atenção de todos que, assim como eu, ficaram preocupados com a repercussão e com a forma como esses fenômenos têm se alastrado no Brasil e em nossa cidade.

O suicídio não é nenhuma novidade, as automutilações também não. Contudo, foi criada uma forma de crime digital muito bem arquitetada que promove uma aproximação sucessiva com a morte, uma técnica semelhante à dessensibilização sistemática, só que às avessas, pois ao invés de ter um efeito terapêutico, realiza-se um treinamento rumo ao suicídio. Uma maneira muito cruel e perversa de manipular pessoas que estão em sofrimento e não sabem o que fazer ou quem procurar.

Ao pensar nesse sofrimento que não está encontrando espaço e lugar para se falar sobre e ser verdadeiramente ouvido, podemos pensar que mais do que distantes dos pais e amigos, nossos adolescentes estão distantes de si mesmo. Estamos nos deparando com um vazio enorme, um vazio existencial, que é algo muito mais complexo que as crises de identidade e existenciais, pois na crise tem algo, já nesse vazio, não tem nada, ou seja, trata-se de um aspecto esvaziado de sentimentos, de emoções. É como se nossos adolescentes, extremamente conectados no

mundo virtual, estivessem desconectados de si mesmo, o que nos leva a pensar na dificuldade de como chegar até esses adolescentes e oferecer ajuda, amparo, uma forma de acolher e significar o seu sofrimento, pois eles também parecem não saber como falar.

Tanto nas tarefas da Baleia Azul, quanto na série da Netflix, não se busca uma verdade a respeito de si mesmo. O que essas vias propõem é retirar ou reduzir significado, desconsiderando as individualidades e criando um efeito de manada.

A psicoterapia, por sua vez, oferece um espaço para o adolescente projetar suas angústias e medos, oferece uma escuta acolhedora, sem julgamentos ou pressões, como podem supor que aconteceria com pais e amigos. Durante o processo psicoterapêutico pode-se criar um espaço mental dentro desse vazio e possibilita viver uma experiência emocional capaz de promover uma interposição entre impulso e ação.

Falar salva vidas. Falar sobre os próprios sentimentos pode fazer toda a diferença no momento de ponderar as soluções para as angústias destes adolescentes. Eles estão sofrendo, eles estão pedindo ajuda. Não é apenas um modismo o que estamos presenciando; parece-nos ser uma apresentação de uma subjetividade do vazio; não é frescura, é um sofrimento sem forma, irrepresentável, que, infelizmente, está adquirindo a forma de uma baleia azul.

E nesse falar, também se inclui o sofrimento dos pais e de pessoas próximas. Todos nós precisamos falar! Vamos falar, ouvir e tentar devolver algo que possa fazer sentido.

#precisamosfalar! Essa é nossa campanha! ■

Curso de Especialização em

Terapia Cognitiva Comportamental

Terapia Cognitiva de Beck
CRP 06/4570-J / Credenciamento MEC 71516

Inscrição R\$ 70,00

Matrícula R\$ 300,00

Inscrições até **31/12/2016**: 24x R\$ 620,00
Inscrições até **31/01/2017**: 24x R\$ 640,00
Após 24x R\$ 660,00

CTC Veda

Unidade Maringá

Início em 26 de Maio de 2017

Av. Tiradentes, 1008, 10º andar, sala 1001

INSCRIÇÕES
(44) 3025 7832 ou ctcvedamaringa@gmail.com
www.ctcveda.com.br

RECONHECIMENTO DO
MEC - DGERT

Profissionalismo, competência e ética são valores essenciais.
Mais informações: www.ctcveda.com.br

CTC Veda
Clínica, Ensino e Pesquisa



Violência contra a mulher: não podemos ficar calados



www.crprr.org.br
facebook.com/crprr
instagram: @crp_pr

Coluna do Conselho Regional de Psicologia (CRP-PR) trará informações e responderá dúvidas sobre a profissão e o exercício profissional a cada edição.

Uma em cada três mulheres sofreram algum tipo de violência em 2016. O dado é de uma pesquisa realizada pelo Datafolha e encomendada pelo Fórum Brasileiro de Segurança. Quando se fala de agressões físicas, o número é também alarmante: 503 mulheres brasileiras vítimas a cada hora. E a escalada de violência coloca em risco a vida das mulheres e, muitas vezes, leva à morte. O estudo "Violência contra a mulher: feminicídios no Brasil", divulgado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) em 2013, apontou que uma mulher é vítima de feminicídio a cada uma hora e meia. Dados da Organização das Nações Unidas para este mesmo ano mostraram ainda que, do total de feminicídios registrados, 33,2% dos homicidas eram parceiros ou ex-parceiros das vítimas.

Mas, nestes casos, o que cabe a(o) Psicólogo(a) que está acompanhando uma mulher vítima de violência? Em novembro do ano passado o Conselho Federal de Psicologia (CFP) divulgou nota técnica que fornece aos profissionais alguns parâmetros para a atuação nestes casos. A nota afirma que a notificação dos casos de violência contra a mulher atendidos pelos psicólogos é obrigatória. Essa notificação é sigilosa e tem fins epidemiológicos e não configura quebra de sigilo. No entanto, o documento discorre também sobre a possibilidade da quebra de sigilo profissional, ou seja, comunicação externa da situação sem o consentimento da paciente, "em situações em que a vida da mulher corra sério risco ou ainda a de seus filhos ou de pessoas próximas".

O documento ressalta que essas situações "configuram uma exceção, mas nem por isso devem ser esquecidos como possibilidade importante no caso de atendimento a qualquer mulher em situação de violência". Em todos os outros casos, "o profissional deve se concentrar no acolhimento, orientação e fortalecimento da autonomia dessas mulheres".

A presidente da Comissão de Ética do Conselho Regional de Psicologia do Paraná (CRP-PR), Deisy Maria Rodrigues Joppert, acredita, no entanto, que a atuação do profissional deve ir além de uma comunicação pontual em uma situação emergencial. Para ela, é essencial que a(o) Psicólogo(a) esteja sempre em contato com a rede de proteção e possa indicar e acompanhar de forma próxima as instituições de atenção às mulheres vítimas de violência. E destaca o trecho da nota que contém essa recomendação. "O profissional deve ir além de uma obrigação de realizar a notificação obrigatória em caso de violência ou de, em situações de risco, quebra de sigilo. Ele deve responder ao seu papel social, participando e fomentando essa rede de apoio", defendeu Deisy.

Quando é hora de denunciar?

Decidir que é o momento para realizar uma comunicação externa, mesmo contra a vontade do paciente, é algo que só o profissional responsável pelo acompanhamento tem condições de avaliar. A coordenadora da Comissão de Psicologia Jurídica do CRP-PR, Maria Cristina Neiva de Carvalho, considera, no entanto, que são necessários alguns cuidados, como conversar abertamente sobre essa situação junto à paciente. "O profissional que está atendendo essa paciente conhece o funcionamento da pessoa e pode chegar o momento em que ele percebe que ela está em grande risco. Isso deve ser discutido com a paciente, e o profissional deve explicar que está amparado pelas diretrizes profissionais para realizar a quebra de sigilo", afirmou.

Maria Cristina ressalta, no entanto, que essa é uma medida extrema e que devem ser empreendidos todos os esforços para garantir a continuidade do vínculo e do atendimento da mulher. Há ainda questões de ordem prática que a(o) profissional deve pesar nesta decisão. "É preciso considerar que pode ocorrer uma escala de aumento da agressividade. É uma questão muito delicada e é preciso analisar o momento e a rede de apoio que essa vítima tem para dar conta deste momento tão complicado. É preciso pensar também que as medidas protetivas funcionam até um ponto e muitas vezes demoram a serem acionadas", explicou.

O texto completo da nota você encontra no endereço cfp.org.br, no menu Legislações, item Notas Técnicas. ■

Dra. Angela Caniato

CRP 08/0336

Psicologia clínica de
orientação psicanalítica

angelacaniato@gmail.com
Rua Neo Alves Martins, 3107
Maringá/PR

44 3224-2167
44 99916-7348

Nayara Milhares

Psicóloga Clínica - CRP 08/17597

Crianças
Adolescentes
Adultos

(44) 99883.0983
nayaramilharesi@hotmail.com

Rua Néio Alves Martins, 2789
Edifício Palácio do Comércio, sala 702
Zona 01 - Maringá/PR



SOCIAL

Das discriminações e violências aos processos de empoderamento da mulher



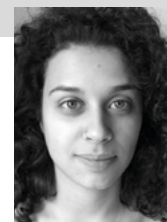
Daniele de Andrade Ferrazza

Doutora em Psicologia e docente do Departamento de Psicologia da UEM.



Jennifer Andrea Ramos dos Reis

Acadêmica do terceiro ano de Psicologia (UEM).



Luna Carulina Mendes Filgueiras

Graduada em Publicidade e Propaganda (PUC-GO) e acadêmica do terceiro ano de Psicologia (UEM).

Durante os últimos dois séculos diversos processos de violência, discriminação e preconceito marcaram a vida de mulheres também punidas com a exclusão em dispositivos manicômiais. A história de mulheres que se desviavam das normas ou das condutas padrões estabelecidas para o mundo feminino, traçado por ideais patriarcais e machistas, recentemente, começou a ser denunciada por pesquisas que exploraram, nos arquivos das instituições de internação das loucuras, as vidas aprisionadas em diagnósticos e rótulos psicopatológicos. Epilépticas, prostitutas, militantes políticas, mas, também, meninas grávidas violentadas por padrões, jovens que haviam perdido a virgindade antes do casamento, esposas, cujos maridos insatisfeitos traçavam novos caminhos com suas amantes. Esses eram alguns dos motivos que levavam mulheres a serem confinadas no Hospital Psiquiátrico da cidade mineira de Barbacena e que Daniela Arbex, no livro “Holocausto Brasileiro”, denuncia ao encontrar prontuários de mulheres, também marcados pelo machismo e misoginia.

Na luta contra os processos de violência, opressão, reclusão e morte de inúmeros internos psiquiátricos, o Movimento Antimanicomial, que escolheu o dia 18 de maio como data comemorativa de denúncias e enfrentamentos, pode ser relacionado ao movimento feminista, à medida que se discute sobre a violência de gênero também vivida nos hospitais psiquiátricos. Inegavelmente, supostos sintomas das loucuras femininas eram insistentemente relacionados à feminilidade e à sexualidade de mulheres consideradas desviantes. Segundo Juliana Vacaro, em sua tese de doutorado, “A Construção do Moderno e da Loucura”, essa violência pode ser exemplificada nos prontuários de mulheres que foram internadas no Hospital Nacional de Alienados e no Sanatório Pinel, onde se encontram queixas de familiares, geralmente do gênero masculino – pai, marido e irmão – que descrevem comportamentos considerados fora do estereótipo feminino de mãe, esposa e despossuída de desejo sexual – estabelecido pela sociedade brasileira. O conceito de loucura feminina, demonstrado muito aquém da análise científica, era descrito por questões

morais características do patriarcalismo e que viam nos supostos comportamentos inconvenientes e desajustados uma série de ameaças à norma social, aos bons costumes e a decência da mulher brasileira.

Dessa forma, em fins do século XIX e princípios do século XX, o projeto de construção de uma sociedade brasileira urbanizada, construído com bases nos moldes do movimento higienista europeu, se detinha no discurso médico que estabelecia o papel da mulher “bela, recatada e do lar” como essencial para a manutenção de uma determinada ordem social. A sociedade brasileira, construída no formato elitista e europeu, legitimada pelo discurso médico psiquiátrico higienista, incapaz de vislumbrar diferenças e valorizar a diversidade humana, encontrava nas determinações diagnósticas e no hospício todo seu poder de opressão. E entre muros e grades, excluía e aprisionava, nos porões da loucura, desviantes, desajustados e toda uma variedade de inconvenientes também do gênero feminino.

A resistência construída no bojo de movimentos feministas, que lutavam por melhores salários nas fábricas, por direito ao voto, ao divórcio, aos estudos e à profissionalização, proporcionariam transformações importantes para as brasileiras do século XX. Patrícia Galvão, conhecida como Pagu, artista ousada para sua época e importante figura feminina de luta contra as opressões de gênero e classe social, foi importante militante política também para o feminismo brasileiro. Bertha Lutz, líder da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, em conjunto com diversas outras mulheres, dava os primeiros passos ao processo de emancipação feminina. Nise da Silveira, formada em medicina em uma época em que poucas mulheres poderiam ocupar o espaço acadêmico, foi uma importante psiquiatra brasileira, pioneira na luta contra os tratamentos psiquiátricos hegemônicos e violentos dos manicômios, e que propunha outras formas de acolhimento e tratamento aos sofrimentos psíquicos graves. Essas foram algumas de tantas outras mulheres que se destacariam, nas primeiras décadas do século XX, na luta pela autonomia da mulher e na constituição de estratégias de empoderamento feminino.

No entanto, apesar do pioneirismo daquelas mulheres, muitas ainda continuavam sendo vítimas da rotulação psiquiátrica e das estratégias e discursos médicos de histerização do corpo da mulher, que culminavam, tão frequentemente, em exclusões manicômiais. A luta feminina e os enfrentamentos antimanicômiais pouco se ativeram às mulheres negras e pobres que enchiam sanatórios psiquiátricos por sua condição de serem consideradas desobedientes das exigências padronizadas de beleza, decência, feminilidade, que caracterizava a mulher branca europeia e que deveria servir de modelo para brasileiras. Violências, opressões, exclusões e internamentos que aprisionaram vidas e condenavam corpos apenas por serem mulheres marcadas pela raça e classe social.

Nesse sentido, as estratégias de enfrentamento das desigualdades, discriminações e violência de gênero que o movimento feminista atual precisa traçar ainda é um processo complexo e em construção, que depende de uma ampla pauta na luta contra o sexismo, o machismo, a misoginia e o patriarcalismo ainda vigente na sociedade brasileira. Concomitante a complexidade das resistências a serem engendradas cotidianamente pelo feminismo, não é possível esquecermos a trágica história que a psiquiatria construiu nos porões manicômiais repletos de mulheres rotuladas e aprisionadas. Mulheres que, ainda na atualidade, correm o risco de serem agredidas, assediadas, violentadas e psiquiatrizadas por fugirem do padrão imposto de “bela, recatada e do lar”. Que o diálogo dos movimentos antimanicômiais e feministas se fortaleçam e nos tragam inspirações na luta para a construção de relações atentas à pluralidade da existência humana e na promoção de um mundo mais filógeno. ■

FIQUE BEM INFORMADO

Leia as edições de nosso
jornal também online:
www.institutopsicologiaemfoco.com.br



A cama na varanda

Mais do que ideias sobre a sentença do fim do casamento como o concebemos e de novas percepções do (até então) imutável e invencível amor romântico, a sexóloga e psicanalista Regina Navarro Lins nos apresenta diversas reflexões ao escrever *A cama na varanda* – arejando nossas ideias a respeito de amor e sexo. A leitura proporciona o abrir da gaiola e a possível liberdade de pensamento para uma tarefa ainda muito difícil para muitas mulheres, o desapego ao famigerado conto de fadas e a idealização de um par romântico.

A desconstrução começa com uma retrospectiva histórica que abrange vestígios do culto ao feminino e adoração a Deusa, vinculada à fonte de vida e força que proporciona a existência. No entanto, apesar de a mulher desempenhar um papel predominante, não havia subordinação masculina. O homem reinventa o protagonismo quando descobre que o que fertiliza a mulher é seu sêmen e, para garantir a paternidade, a mulher torna-se proprie-

dade. O patriarcado, tal qual o conhecemos, organiza-se a partir da divisão do poder econômico e sexual das tarefas da comunidade e do controle da fecundidade da mulher (e consequente perda da liberdade sexual).

A representação do feminino se divide em duas vertentes, a culpabilização da mulher, representada pela fraqueza e pecado de Eva, e o esvaziamento da mulher enquanto indivíduo para engrandecimento de uma mãe sofredora e sacrificada por meio da Virgem Maria. No entanto, mesmo com um forte símbolo de bondade, as mulheres continuaram a ser reprimidas e uma forma estabelecida para prevenção do pecado era o matrimônio.

A primeira manifestação de amor, como somos familiarizados, veio com o amor cortês, como uma relação pessoal, de desejo sexual para apaixonar-se. Mas, o problema é que o valor da mulher era mensurado pela dificuldade da conquista, se não fosse difícil, não assumia o caráter do amor romântico.



Thaís Koga

Graduada em Jornalismo, acadêmica do quarto ano de Psicologia (UniCesumar) e membro do IPF.

Este mito é uma gaiola invisível que aprisiona, desvaloriza e mina a autoestima quando não acontece. O relacionamento sem conflito e que proporciona a felicidade para sempre passa a ser o principal objetivo de muitas mulheres, deixando de lado, inclusive, o eu autêntico, visto que, com a chegada de um homem em suas vidas, a recompensa não é uma vida real, mas o início de história de verdadeiro amor.

Enfim, *A cama na varanda* aborda outros assuntos, como virgindade, casamento, sexo, fidelidade, maternidade. Não é um livro para engrandecer a figura feminina e/ou para denegrir o masculino, mas para contextualizar como os relacionamentos foram construídos desde a pré-história. É justamente a partir do conhecimento da conveniência das relações e da criticidade sobre o assunto que se tem a oportunidade de ir além, expandir e questionar nossos papéis e nossos quereres. ■

Entre amores, gozo e feridas



Cibele Chacon

Jornalista, crítica de cinema e comentarista do Cine CBN.

As mulheres nunca tiveram realmente o direito aos seus próprios corpos e no filme *L'Apollonide – Os Amores na Casa de Tolerância*, a metáfora da objetificação destrutiva da mulher por conta do machismo fica bastante evidente. Das personagens mulheres, todas prostitutas do fim do século 19, é exigida uma submissão sexual completa e postura de satisfação por ter o privilégio de servir os homens que lá frequentam. É a dinâmica social que, desde sempre, escancara os lugares de poder ocupados pelos gêneros masculino e feminino.

Com um sorriso constante construído à base de navalha por um amante e com lágrimas de sêmen escorrendo pelo rosto, a prostituta Madeleine (o nome não foi escolhido ao acaso) surge, em certo momento, como o simbolismo da mulher que carrega feridas físicas e emocionais e precisa continuar sobrevivendo em um lugar no qual é apenas um produto para entretenimento. Ainda assim, o filme, por vezes, enxerga suas personagens com inconfundível romantismo, principalmente por evocar a sensualidade e criar um espaço onde se goza e se morre forjando um

retrato simultaneamente triste e romântico do estilo de vida daquelas mulheres.

O longa dirigido e escrito por Bertrand Bonello acompanha as prostitutas comandadas por uma cafetina gentil que tem dois filhos pequenos para criar e que, enquanto tentam acumular dinheiro para pagar as dívidas contraídas no próprio estabelecimento – e que nunca acabam – são unidas nas trocas de confidências e apoio por compreenderem o que é estar à margem social. A narrativa toda se passa no interior do casarão, que também serve como ponto de encontro entre amigos da alta sociedade, transformando aquele ambiente em um local com personalidade própria, com uma sala de jogos suntuosa e que parece saída de uma obra de arte até a cozinha em que as garotas se amontoam para dividir as refeições e os quartos em que atendem os clientes.

A câmera é praticamente endoscópica e revela muito mais do que ações, consegue transmitir também os sentimentos. Com uma cronologia fluida, o filme, ocasionalmente, tem a tela dividida em quadros para que seja possível acompanhar os passos simultâneos de várias personagens. Com isso, é possível estabelecer as individualidades de cada uma daquelas mulheres para que o espectador compreenda a dinâmica da casa e a profundidade das relações – principalmente entre as prostitutas.

O filme traz reflexões e emprega características, como a trilha sonora, que ressaltam a contemporaneidade da prostituição e de toda violência enfrentada pelas personagens – ainda mais claro no plano que encerra o longa. Ainda que a fotografia, figurino e alguns planos possam suavizar os percalços, abusos, fetichizações, tudo isso ainda está lá. Está aqui. Está em todos os lugares da sociedade que segue oprimindo as mulheres apenas por serem mulheres. ■



SOCIAL

Reforma da Previdência reforça ainda mais disparidade de gênero



Emily Albuquerque
Psicóloga (CRP 08/24208)
e Mestranda em Psicologia
(UEM).



Suelen Loraine Aguiar Albuquerque
Jornalista e professora
universitária dos cursos de
Publicidade & Propaganda
e Jornalismo.

“Desde os primeiros anos escolares as disciplinas oferecidas eram diferenciadas segundo o sexo: enquanto os meninos discutiam história e desenvolviam o raciocínio lógico, às meninas eram oferecidas disciplinas como economia doméstica, puericultura, pintura e música. Observa-se que nessa sociedade desejava-se formar renomados políticos, médicos, advogados... e excelentes esposas!”. Como relata a pesquisadora brasileira Bárbara Figueiredo Souto, no livro ‘Memória Feminina: mulheres na história, história de mulheres’, no Brasil Oitocentista, desde crianças, as mulheres, culturalmente, foram associadas ao espaço doméstico.

Esse contexto de disparidade de gênero é reforçado, ainda em 2017, no discurso do Governo Federal no Dia Internacional da Mulher em que exalta as mulheres por cumprirem tarefas domésticas: “E, se a sociedade de alguma maneira vai bem e os filhos crescem, é porque tiveram uma adequada formação em suas casas e,

seguramente, isso quem faz não é o homem, é a mulher [...] ela é capaz de indicar os desajustes de preços em supermercados e identificar flutuações econômicas no orçamento doméstico”. Mais uma vez, no século 21, o discurso evidenciando a limitação de lugares de ação das mulheres brasileiras e a cultura da desigualdade.

Tal realidade é notada também na Reforma da Previdência, na qual as mulheres serão as mais prejudicadas. De acordo com a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 287/2016 que trata da Reforma da Previdência, uma das alterações é que todas brasileiras e brasileiros se aposentem com 65 anos. Hoje, as mulheres podem se aposentar com 60 anos e os homens com 65.

Caso essa reforma seja sancionada pelo Governo Federal, as mulheres terão uma jornada exaustiva de trabalho. Uma vez que possuem uma jornada de trabalho em média de 7,5 horas a mais que os homens por semana, devido à dupla jornada que inclui além do trabalho remunerado, tarefas domésticas, conforme o estudo Retrato das

Desigualdades de Gênero e Raça, divulgado este ano pelo Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada).

Vale lembrar ainda que as mulheres estão ocupando cada vez mais o lugar de chefe de família no país. Como demonstra informações da Síntese de Indicadores do Ibge (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), de 2014, o qual verificou que de 2004 a 2014 a quantidade de lares chefiados por mulheres aumentou 67%, isto é, 11,4 milhões das brasileiras se encarregaram pelas finanças de sua família. Em contrapartida, a estatística de homens cresceu somente 6% no mesmo período – 2,4 milhões.

Apesar das mulheres ocuparem um lugar central na família, tanto no quesito econômico, quanto social, o que se percebe hoje é uma ameaça em seus direitos trabalhistas. Haja visto que as brasileiras, embora estudem mais do que os homens, ainda precisam lutar diariamente contra a desigualdade de gênero, seja na baixa remuneração salarial ou na ausência da

representação feminina em altos cargos, principalmente políticos e econômicos.

Se aprovada, a Reforma da Previdência aumentará ainda mais a desigualdade entre os sexos no Brasil. E este ano, as mulheres já perderam quantidade significativa de recursos para políticas públicas. Prova disso é a redução de 61% da verba para atendimento à mulher em situação de violência em relação ao ano passado. Se sancionada esta reforma, as mulheres serão novamente mais afetadas.

Dessa forma, é possível afirmar que o atual Governo Federal está cada vez mais diminuindo os recursos públicos destinados às mulheres brasileiras. É como se estivesse fechando os olhos para as diferenças sociais, econômicas e culturais entre os homens e as mulheres, como a dupla jornada de trabalho. Embora este seja o contexto em que o país vivencia, as brasileiras seguem lutando diariamente para conquistarem cada vez mais espaços de fala e representatividade, além de direitos civis, políticos e sociais. ■

AGENDA

Oficina Do Saber *
apresenta

o sofrimento em perspectivas

| 23 e 24/06

- o sofrimento e organização da vida psíquica
- diálogo entre diferentes abordagens

| local do evento: FCV

apoio

realização

FCV GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO

Boio da Mãre

Instituto Psicologia em Foco
facebook.com/psicologiaemfocoinstituto/

23 e 24 de junho

Sexta (23/6)

Diálogo entre diferentes abordagens (Comportamental, Psicanálise, Psicologia Analítica, Fenomenologia, Neurociências)

Sábado (24/6)

9h - 12h Considerações sobre o sofrimento e a organização da vida psíquica com Dr. Fábio Sagula de Oliveira (UNESP - Assis)

14h - 17h30 “Vertigens desiguais entre jovens frente ao ideal de inserção social”
Dr. Tiago Corbisier (FGV- SP)

PROGRAMA AU PAIR

Oportunidade de trabalho remunerado e legal nos EUA.



Programa ideal para quem quer vivenciar cultura local e passar um ano nos Estados Unidos. Morando legalmente com uma família americana, trabalhando e ainda ganhando em Dólar. O programa Au Pair é perfeito para meninas que tem paixão em trabalhar com crianças e querem melhorar seu inglês e com custo benefício altíssimo.

6X R\$ 311,00*



* Valor de R\$3.39 do dólar / Valor total USD550,00 + taxa de inscrição de USD150,00